



CERBRANORTE

DISTRIBUIÇÃO

Energia de todos para todos

RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CERBRANORTE - 2018

ÍNDICE

1 - RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE - CERBRANORTE	2
HISTÓRICO	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
1 Cenário	6
1.1 Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica	7
1.2 Comportamento do Mercado	7
1.3 Distribuição Direta por Classe de Consumo	8
1.4 Receita	9
1.5 Número de Consumidores	10
1.6 Tarifas	10
1.7 Qualidade do Fornecimento	12
1.8 Atendimento ao Consumidor	12
1.9 Tecnologia da Informação	13
1.10 Desempenho Econômico-Financeiro	13
1.11 Investimentos	14
1.12 Captações de Recursos	15
1.13 Valor Adicionado	15
1.14 Relações com o Mercado	16
2 Gestão	17
2.1 A CERBRANORTE em Números	18
3 Balanço Social	20
3.1 Recursos Humanos	20
3.2 Responsabilidade Social	20
3.3 CIPA	21
3.4 Programa de Estagiários	21
3.5 Demonstrativo do Balanço Social	21
Agradecimentos	23
2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS	24
3 - PARECER DO CONSELHO FISCAL	57
4 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	59

1 - RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE É CERBRANORTE

HISTÓRICO

No início da década de 30, Braço do Norte, que ainda se chamava Calaçópolis, vivia no escuro. Com a iniciativa de dois grandes homens, Theodoro Bernardo Schilickmann e Augusto Witthinrich, surgiu uma sociedade chamada Força e Luz Braço do Norte. A partir daí começou a construção da primeira usina de barragem e canalização do Rio Glória. Com um gerador e uma turbina com capacidade de 30 KVA, a usina começou a gerar energia no dia 27 de outubro de 1930.

Com o crescimento da região, Teodoro Bernardo Schlickmann iniciou pesquisas a fim de transferir a usina para o rio Braço do Norte, na localidade da Represa. Constatada a possibilidade, iniciaram a construção e compraram uma turbina de sucção para 100 cavalos, com dínamo de 125KVA. A nova usina, que serviria Braço do Norte até 5 de agosto de 1965, foi inaugurada no dia 6 de fevereiro de 1950.

A usina passou a ser administrada pela prefeitura municipal no início dos anos 60, que incentivou, por motivos legais, a criação de uma sociedade cooperativista. No dia 2 de fevereiro de 1962, reuniram-se, na Câmara Municipal de Braço do Norte, 42 pessoas do comércio, indústria e funcionários públicos, para construir a Sociedade Cooperativa de Eletrificação, regida pela Lei N°22.239 de 19 de dezembro de 1932 e decreto N°3.410 de 19 de dezembro de 1945. O prefeito na época, Dorvalino Locks, foi aclamado para dirigir os trabalhos de preparação, com Bernardo Wiggers como secretário.

O presidente então mandou elaborar a lista nominativa das cotas para formação do capital, com o investimento mínimo de CR\$ 100 mil. Para mostrar clareza, todos os presentes assinaram o estatuto social como fundadores. E assim nasceu a Sociedade Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte que, após a conclusão da linha de transmissão e construção da subestação em Gravatal, foi inaugurada no dia 5 de agosto de 1965. Iniciou aí um grande salto no crescimento do município. A energia elétrica era fornecida pela Cia Siderúrgica Nacional, localizada em Capivari de Baixo.

Em meio às dificuldades e frequentes defeitos na rede de transmissão, o presidente Dorvalino Locks seguia seu trabalho buscando crescimento e melhorias. Após inúmeras conquistas, a Cerbranorte passou a atender também o município de Rio Fortuna, já sob a administração de Luiz Kuerten, o Tilico.

A assinatura do contrato de permissão 28/2008 em 25 de novembro de 2008 marcou o início de uma nova trajetória da Cerbranorte, agora dentro do mercado regulado. A busca constante por melhorias na qualidade da energia distribuída e redução das tarifas, motivou a Cerbranorte a iniciar em 2014 a construção de uma nova subestação em 138 KV. A inauguração aconteceu ainda em 2014, quando em 06 de dezembro, o atual presidente, Antonio Jose da Silva, deu início a energização da mesma, garantindo energia em qualidade e quantidade suficiente para o mercado atendido pela Cerbranorte nos próximos anos. Atualmente, 06 municípios da Região do Vale de Braço do Norte (SC) possuem áreas atendidas pela CERBRANORTE. Um total de 23.582 associados contam com a Cooperativa para o desenvolvimento de suas atividades.

Toda essa trajetória contribuiu para o comprometimento, desenvolvimento, transparência e participação, princípios norteadores dessa “empresa familiar”, que têm como objetivo principal, distribuir energia elétrica aos seus associados e consumidores com excelência em serviços.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Associados,

Determinações legais e estatutárias orientam a submeter à apreciação o relatório das atividades do exercício de 2018.

Este deve vir acompanhado das demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, comparadas ao período de 2017, acompanhadas de parecer do conselho fiscal e auditores independentes, acrescida do balanço social.

A Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado – DVA são importantes instrumentos para divulgar o desempenho da Cerbranorte para a sociedade, associados e consumidores.

O demonstrativo das sobras apuradas no exercício, acompanhadas de proposta de destinação pelo conselho de administração, comporá finalmente, os demonstrativos para publicação e para deliberação da assembleia geral ordinária responsável pela aprovação das informações contábeis do exercício de 2018.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais da contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A cada dia que passa surgem novos desafios, que conseqüentemente nos obrigam a ter novos propósitos, novas ideias. Com a assinatura do Contrato de Permissão (novembro/2008) e o conseqüente ingresso da CERBRANORTE no Mercado Regulado, passamos a trabalhar em um sistema, por nós até então desconhecido, repleto de procedimentos e obrigações. Exigências estas oriundas das Resoluções Normativas, Contratos, Leis, Decretos aos quais tivemos que nos adequar, aperfeiçoando nossa prestação de contas, atendimento ao público, qualificação profissional e demais serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, sempre visando à agilidade, a qualidade, a satisfação, o respeito e a transparência aos nossos associados.

Diante de tantas mudanças, ao findar 2018, lembramos que nossa trajetória começou com a iniciativa de dois homens, os Srs. Theodoro Bernardo Schlickmann e Augusto Withenrich e o surgimento da sociedade chamada Força e Luz Braço do Norte. O crescimento veio e novos pedidos de fornecimento passaram a ocorrer naturalmente, beneficiando outras propriedades e famílias localizadas em Braço do Norte. Aos 42 sócios iniciais da cooperativa, foram surgindo, dia-a-dia, novas adesões. Passamos a acompanhar e incentivar esse desenvolvimento, projetando investimentos para suprir essas necessidades, como a subestação de 138kV, concluída em 2014.

Hoje, temos certeza que nossa missão apenas está começando, uma vez que nossa visão não pode ser menor do que tudo que já ocorreu, pois os valores agregados ao longo dos anos nos credenciam a novas oportunidades. A energia elétrica que distribuimos deixou de ser simplesmente uma fonte de iluminação para o homem do campo e da cidade e passou a ser oportunidade, desenvolvimento e rentabilidade.

A reforma da sede administrativa da Cerbranorte, concluída em 2017, trouxe mais conforto aos associados, ampliando o número de guichês de atendimento comercial e organizando o espaço administrativo para os funcionários. A melhoria na rede que atende o município de Rio Fortuna, teve grande parte do seu cronograma executado em 2018. A conclusão possibilitará desvincular a rede que atende a Cooperativa de Energia de Anitápolis – Ceral, atual suprida da Cerbranorte, trazendo maior autonomia de manobras e qualidade de fornecimento aos moradores de Rio Fortuna.

Aproveito a oportunidade para agradecer a todos ligados à CERBRANORTE, senhores associados, colaboradores, órgãos públicos, fornecedores, empresas terceirizadas e consumidores, pelo apoio, pela confiança, pela dedicação, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso, tornando essa Cooperativa uma família ainda mais unida, forte e participativa.

Finalizo, agradecendo a DEUS, que sempre nos direciona ao caminho do bem e é nosso fiel protetor.

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte continua sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, utilizando conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses quase 57 anos de existência, para melhorar a qualidade no atendimento aos usuários conectados ao nosso sistema de distribuição.

Em 28 de novembro de 2008 a Cerbranorte assinou o contrato com a ANEEL, de nº 025/2008, onde adquiriu o status de permissionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A área de permissão está situada nos Municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima com um total de 521,96 Km².

O planejamento de ampliação e recuperação do sistema elétrico continua sendo predominante na permissionária. Em 2014, o aumento da produção das indústrias instaladas em nossa área de atuação motivou a concentração dos esforços na construção da subestação de 138kV, em terreno já adquirido anteriormente para esse fim, objetivando melhorar a qualidade e garantir o fornecimento aos associados e consumidores. O ano de 2018, apresentou a retomada do crescimento econômico da região atendida pela Cerbranorte, refletindo no consumo da energia distribuída por esta cooperativa

Os poucos recursos disponíveis e a necessidade de grandes investimentos na distribuição de energia têm limitado a participação da Cerbranorte em eventos, atividades e projetos sociais. Entretanto, o caráter cooperativista desta distribuidora, motiva o envolvimento nas principais atividades desenvolvidas nos municípios de sua área de permissão, como demonstrado no balanço social. Em 2016 a Cerbranorte aderiu ao PDGC – Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas, coordenado pelo SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, como forma de aprimorar a gestão e buscar meios de contribuir com o desenvolvimento de seus cooperados, apesar da forte regulação do setor elétrico.

A administração constantemente melhora as condições de fornecimento e atendimento social e igualitário aos associados e consumidores, de forma a promover o desenvolvimento econômico às diversas classes de consumo.

Em 2018, a CERBRANORTE renovou o certificado de Gestão da Qualidade com aplicação da NBR ISO 9001, agora na versão 2015, para toda a empresa. O escopo da certificação refere-se à distribuição de energia elétrica, apuração dos padrões de atendimento comercial e dos indicadores de continuidade individuais e coletivos e o tratamento às reclamações dos consumidores. O processo foi conduzido pela Brtöv Avaliações da Qualidade S/A.

A baixa rotativa de funcionários é fruto da política de valorização do colaborador, qualificação constante e oferecimento de benefícios que motivam a permanência na empresa, além de contribuir para a satisfação no ambiente de trabalho. Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria contínua, através da distribuição de energia com qualidade e continuidade, para atender os requisitos regulamentares do cliente e expectativas dos associados, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

1.1 Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CERBRANORTE distribui energia elétrica a 16.682 consumidores, de 6 municípios dos 295 de Santa Catarina, com predominância nos municípios de Braço do Norte e Rio Fortuna. A Cerbranorte também é supridora da CERAL – Cooperativa de Distribuição de Energia de Anitápolis, totalizando assim 16.683 Unidades Consumidoras.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

1.2 Comportamento do Mercado

A CERBRANORTE não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e participação do Programa Governamental PROINFA.

Balço Energético

Energia Requerida - GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Venda de Energia	121,82	125,60	126,50	132,87	140,80
- Fornecimento	112,27	115,61	115,46	122,05	128,12
- Suprimento p/ agentes de distribuição	9,55	9,99	11,04	10,83	12,68
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	0,04	0,05
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
 Mercado Atendido	121,82	125,60	126,50	132,91	140,85
Pernas na Distribuição	8,58	10,21	20,70	14,00	12,25
PNT / Energia Requerida %	1,3%	1,5%	2,8%	1,9%	1,6%
Perdas Totais - PT	8,58	10,21	20,70	14,00	12,25
PT / Energia Requerida %	6,6%	7,5%	14,1%	9,5%	8,0%
Total	130,40	135,81	147,20	146,91	153,05

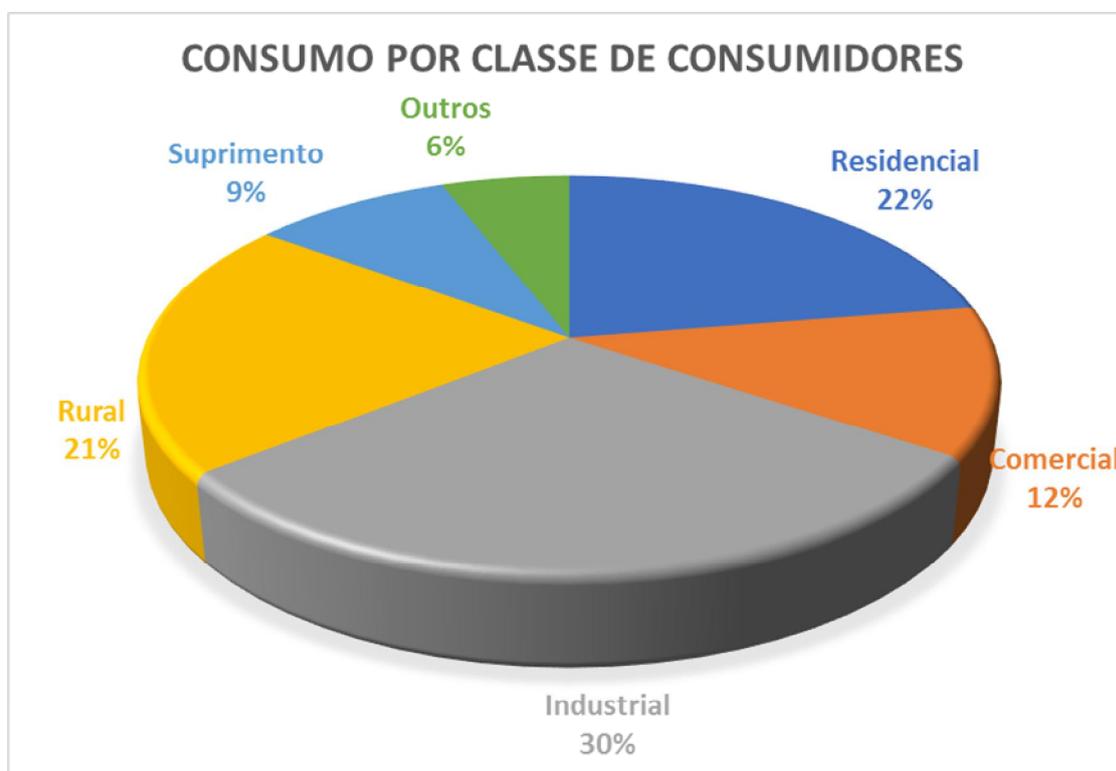


1.3 Distribuição Direta por Classe de Consumo

O consumo de energia elétrica em nossa área de permissão no ano 2018 foi de 140,85 Giga watts-hora, apresentando aumento de 5,97% em relação a 2017. A classe serviço público foi o segmento do mercado de distribuição da Cerbranorte com maior aumento no consumo, chegando a 47,43% superior em relação a 2017. Este aumento fora da média se deve a instalação das estações de tratamento de esgoto no município de Braço do Norte. A classe Poder público apresentou o menor crescimento ficando apenas em 1,89%. Adicionado ao consumo da área de permissão da Cerbranorte temos o suprimento à Ceral – Cooperativa de Distribuição de Energia de Anitápolis, totalizando um mercado de 140,85GWh

No gráfico são apresentados os resultados sobre o consumo por classe no período:

Mercado Atendido					
Mercado Atendido - GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Energia Faturada	121,82	125,60	126,50	132,87	140,80
Fornecimento	112,27	115,61	115,46	122,05	128,12
Suprimento p/ agentes de distribuição	9,55	9,99	11,04	10,83	12,68
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	0,04	0,05
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	0,04	0,05
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	121,82	125,60	126,50	132,91	140,85
Variação	15,10%	3,11%	0,72%	5,07%	5,97%

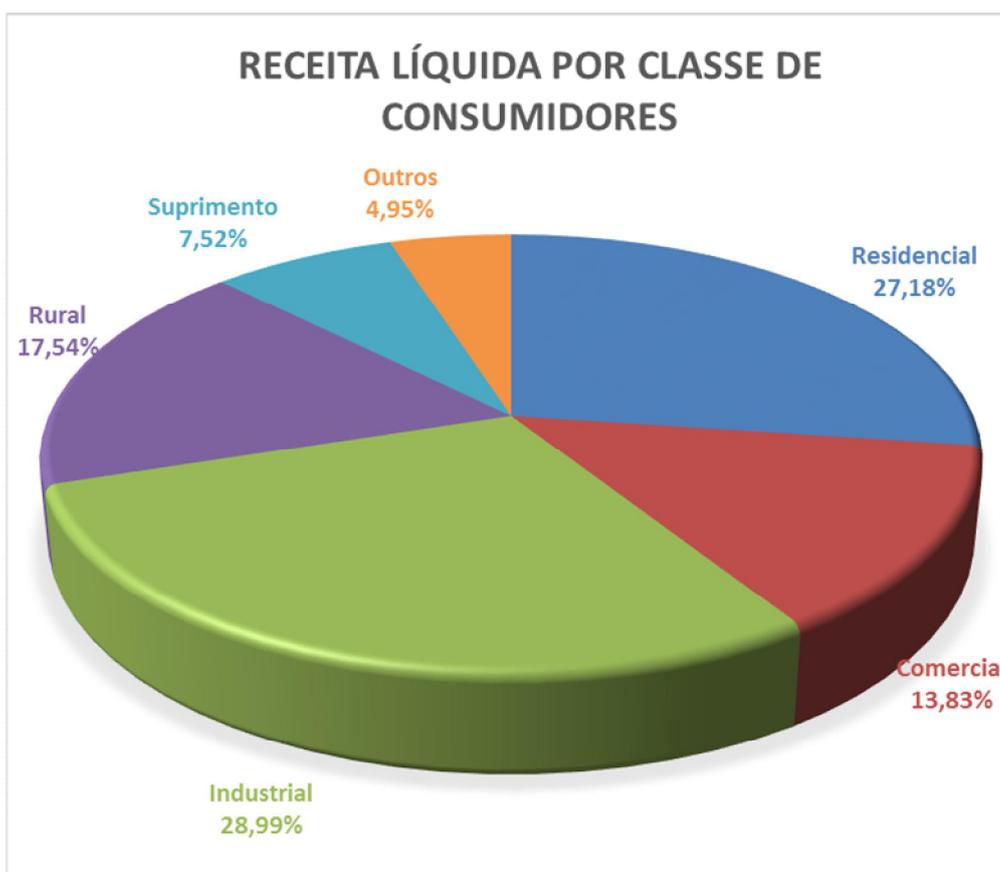


1.4 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 56,80 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe		2018		2017	Var %
Residencial	27%	15.436,04	29%	13.377,30	15,39%
Comercial	14%	7.853,24	15%	6.759,80	16,18%
Industrial	29%	16.467,12	30%	13.587,38	21,19%
Rural	18%	9.960,35	18%	8.169,81	21,92%
Suprimento	8%	4.268,64	3%	1.320,82	223,18%
Outros	5%	2.813,25	5%	2.339,77	20,24%
Total	100,00	56.798,64	100,00	45.554,88	24,68%



1.5 Número de Consumidores

O número de consumidores associados, incluindo o suprimento, faturados em dezembro de 2018 apresentou um crescimento de 1,76% sobre o ano anterior, demonstrado no quadro a seguir:

Número de Consumidores					
Classe		2018		2017	Var %
Residencial	67%	11.099	66%	10.844	2,35%
Comercial	10%	1.617	10%	1.599	1,13%
Industrial	4%	727	4%	699	4,01%
Rural	18%	3.071	19%	3.082	-0,36%
Outros	1%	169	1%	171	-1,17%
Total	100%	16.683	100%	16.395	1,76%

1.6 Tarifas

A tarifa de energia elétrica é o preço definido e homologado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela distribuidora.

Para definição das tarifas a ANEEL utiliza metodologias de regulação por incentivo e preço limite (*price cap*). Nesse regime regulatório, o órgão regulador estabelece o preço a ser praticado para cada área de concessão ou permissão, conforme as características específicas de cada distribuidora.

Em 18 de julho de 2016 a CERBRANORTE assinou o terceiro termo aditivo ao contrato de permissão, o que permitiu que a CERBRANORTE pleiteasse para a 2ª Revisão Tarifária a receita requerida para sustentação dos custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B), conforme estabelecido no submódulo 8.4 do Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 22 de março de 2016.

A Resolução Homologatória nº 2459 de 25 de setembro de 2018 aprovou o reajuste anual da Cerbranorte, com um efeito médio para o consumidor de 10%.

1.6.01 TARIFAS MÉDIAS

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, considerando os impostos incidentes, em dezembro de 2018, atingiu R\$ 497,38/MWh, com aumento de 11,3% em relação a dezembro de 2017.

Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2018	2017
Residencial	599,14	530,97
Comercial	616,74	458,59
Industrial	524,42	545,00
Rural	421,30	371,83
Poderes Públicos	640,28	547,80
Iluminação Pública	375,35	334,87
Serviços Públicos	497,80	440,81
Média Geral	497,38	446,83

1.6.02 ABERTURA DAS TARIFAS POR CLASSE

As tarifas de energia elétrica devem proporcionar o equilíbrio econômico financeiro calculado pelo órgão regulador. Sendo assim, cobrirão os custos não gerenciáveis ou Parcela "A" (suprimento, encargos setoriais e impostos) e os custos gerenciáveis ou Parcela "B" (operação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica). Os valores apresentados não estão contemplando o subsídio pago para as fontes incentivadas de geração e distribuição de energia, por esse motivo na classe "Outros" o valor está negativo.

Valores em R\$ mil

Composição da Tarifa	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder	Outros
Receita com tarifa aplicada	18.905,36	21.937,59	10.465,46	12.480,89	1.066,71	5.176,94
(-) Impostos	3.469,32	5.470,47	2.612,22	2.520,54	223,59	638,19
PIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COFINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	3.469,32	5.470,47	2.612,22	2.520,54	223,59	638,19
(-) Encargos Setoriais	1.445,13	1.915,82	777,15	1.356,77	76,30	877,40
Fiscalização	24,54	32,53	13,20	23,04	1,30	14,90
CCC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RGR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P&D/PEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bandeiras	649,93	861,62	349,51	610,19	34,31	394,60
CDE	770,66	1.021,67	414,44	723,54	40,69	467,90
(-) Custo da energia	8.034,34	10.651,25	4.320,64	7.543,10	424,20	4.878,00
Energia	6.538,53	8.668,23	3.516,24	6.138,75	345,22	3.969,83
PROINFA	215,88	286,20	116,10	202,68	11,40	131,07
TUSD	1.279,93	1.696,82	688,31	1.201,67	67,58	777,10
(=) Residual (Custos gerenciáveis)	5.956,57	3.900,05	2.755,46	1.060,47	342,62	-1.216,65

Valores em R\$ mil

Parcela	Em 2018		Em 2017		Varição
Parcela A	82%	57.234,42	82%	47.861,82	20%
Parcela B	18%	12.798,51	18%	10.192,98	26%
Tarifa Aplicada	100%	70.032,93	100%	58.054,80	21%

1.7 Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2014	6,31	9,60	0,19
2015	8,34	8,32	0,17
2016	8,74	8,40	0,18
2017	6,29	7,59	0,18
2018	7,65	5,34	0,18

1.8 Atendimento ao Consumidor

Durante o ano de 2018 a Cerbranorte atendeu a 20.133 solicitações de serviço dos consumidores. Um total de 808 ligações de energia foram feitas, de forma rápida e eficiente, comprovando o respeito e a agilidade que a Cerbranorte tem no atendimento aos seus cooperados.

Inúmeros pedidos de melhorias e ampliação no sistema de distribuição foram atendidos, aumentando a capacidade instalada para 98.322,5 kVA. Redes foram construídas, ampliando em 80 km o total de redes de distribuição de energia na área de permissão da Cerbranorte.

A reforma e ampliação da sede administrativa finalizada em 2017, trouxe conforto ao consumidor que vem até a Cerbranorte, além de melhores condições de trabalho para a equipe administrativa.

Os 02 postos de atendimento da Cerbranorte, ambos localizados na área central das cidades atendidas, funcionam de segunda a sexta-feira, 8h diárias, proporcionando fácil acesso ao consumidor para solicitar serviços e esclarecer dúvidas. Para facilitar a comunicação em qualquer hora e local, estão disponíveis para os consumidores, de forma gratuita, a comunicação via SMS e 0800.

O app Cerbranorte Virtual, disponível para download de forma gratuita na AppleStore e PlayStore e a Agência Virtual possibilitam, através da internet, o acesso a inúmeros serviços, além de informações detalhadas de cadastro e faturamento das Unidades Consumidoras. Redes sociais como Facebook, Instagram e Whatzap, além do site, fornecem aos consumidores notícias sobre o dia a dia da Cerbranorte, facilitam a comunicação e trazem transparência para o consumidor.

1.9 Tecnologia da Informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, que dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura)..

Nossa equipe de manutenção de rede conta com equipamentos modernos, como sensores infravermelhos para identificar danos nas redes elétricas, fazendo assim uma manutenção preventiva. Nossos religadores são automatizados, e conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrados remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia.

Para o consumidor ligado em Alta Tensão, existe ainda a opção de acompanhamento diário de seus dados de consumo através da Telemedicação. Este recurso possibilita ao consumidor o acompanhamento em tempo real de dados de leitura, fator de potência, corrente e tensão, permitindo ao técnico da empresa o gerenciamento de perdas e curvas de carga, entre outras funcionalidades.

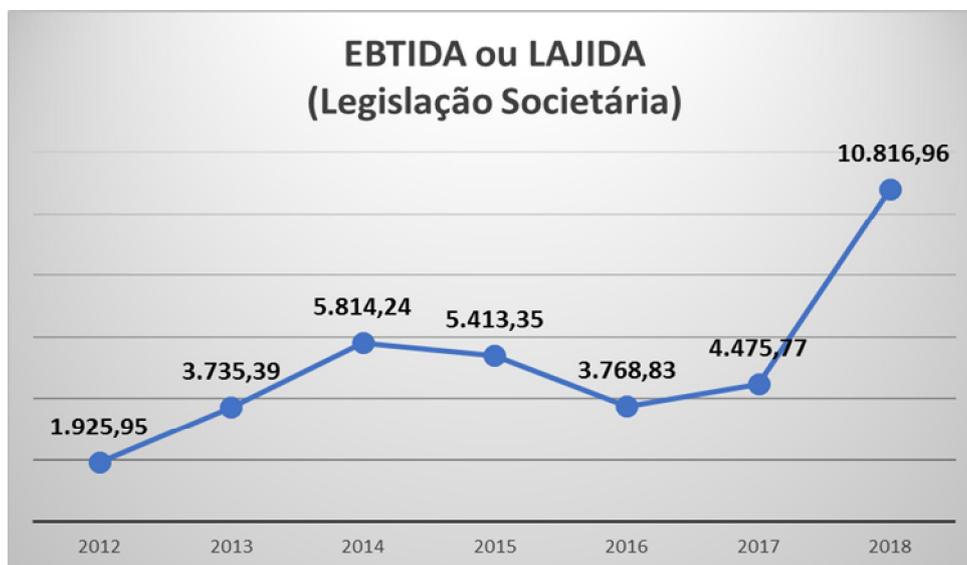
A Empresa continua investindo no aumento de tecnologia, para melhoria da qualidade de energia distribuída. Também está investindo fortemente em sistemas computacionais, servidores e treinamento de pessoal, cumprindo assim com as exigências do órgão Regulador e melhorando a agilidade e qualidade dos serviços prestados, em busca de maior satisfação dos associados.

1.10 Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2018, as sobras líquidas à disposição para deliberação da assembleia foram de R\$ 3,95 milhões. Comparado com R\$ 1,5 milhão de 2017 percebe-se um aumento de R\$ 2,43 milhões, representando um percentual de 159,23% em relação ao exercício anterior. Tal fato se dá pelos seguintes fatores:

- a) Aumento da Receita Operacional, devido ao aumento no consumo de energia;
- b) Diminuição dos custos de operação

As despesas operacionais totalizaram em 2018 R\$ 3,38 milhões contra R\$ 3,02 milhões em 2017, 11,96% maiores em relação ao exercício anterior. O resultado teve um significativo aumento, impulsionado pelos mesmos fatores que fizeram com que as sobras aumentassem. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 10,817 milhões, superiores em 141,729% a 2017, período que apresentou o valor de R\$ 4,48 milhões. O gráfico a seguir demonstra esta variação:



1.11 Investimentos

Em 2018 os investimentos da Cooperativa totalizaram R\$ 5,10 milhões. Além da finalização da reforma e ampliação da sede administrativa e comercial da Cerbranorte, destacam-se entre as muitas obras realizadas para expansão e melhoria do sistema elétrico, as obras de melhoria e ampliação das redes para o município de Rio Fortuna, que objetivam atender o aumento de demanda deste município e do suprimento a CERAL – Cooperativa de Energia de Anitápolis. Merecem destaque também as obras de melhoria realizadas na rede para a localidade de Rio Santo Antonio, que também não atendia mais a demanda da região.

A seguir, o quadro dos investimentos concluídos e imobilizados no exercício:

Investimentos - R\$ mil			
	2018	2017	Var %
Edificações	1.788	-	100,00
Obras, Ligações e Medições	3.030	3.012	0,60
Veículos	252	-	100,00
Equipamento Geral	30	39	(23,94)
Intangível	-	24	(100,00)
Total	5.100	3.075	65,83

O quadro abaixo demonstra a evolução e a projeção dos investimentos da Cerbranorte em suas redes de distribuição. Este quadro é separado dos demais investimentos, devido a grande importância que os mesmos representam para uma Distribuidora.

Durante esse período foram feitas intervenções na rede de distribuição a fim de atender a demanda de novos consumidores, loteamento e melhorias para minimizar problemas de falta de energia causada por materiais e equipamentos depreciados e/ou avariados.

Evolução e Projeção dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2018				
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
AIS Bruto ¹	8.220	3.011	3.030	1.641	1.941	1.706	1.984	1.860
Transformador de Distribuição	1.070	692	575	470	550	350	508	568
Medidor	282	310	202	227	244	244	230	217
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	4.345	826	902	84	475	521	521	831
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.260	1.184	1.351	730	671	591	725	244
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	130	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	263	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	670	289	222	-	-	-	-	-

Anualmente a permissionária deve apresentar as projeções de investimentos no sistema de distribuição de energia elétrica.

O PDD - Plano de Desenvolvimento da Distribuição, apresenta o resultado dos estudos de planejamento elétrico e energético das concessionárias e permissionárias de distribuição. A Aneel utiliza essas informações para acompanhar o planejamento e a evolução dos sistemas de distribuição de energia elétrica no País, além de usá-los para avaliar eventuais necessidades de aprimoramento da regulamentação vigente.

Os valores são classificados por tipo de equipamento (transformador e medidor), redes e subestações, segregados por faixa de tensão, devendo contemplar os valores do Ativo Imobilizado em Serviço-AIS Bruto e Obrigações Especiais Bruta.

R\$ Mil	2018R	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P
Plano de Investimentos 2018	3.030	1.641	1.941	1.706	1.984	1.860

R\$ Mil	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P
Plano de Investimentos 2017	2.507	1.906	2.082	1.049	1.280	1.666

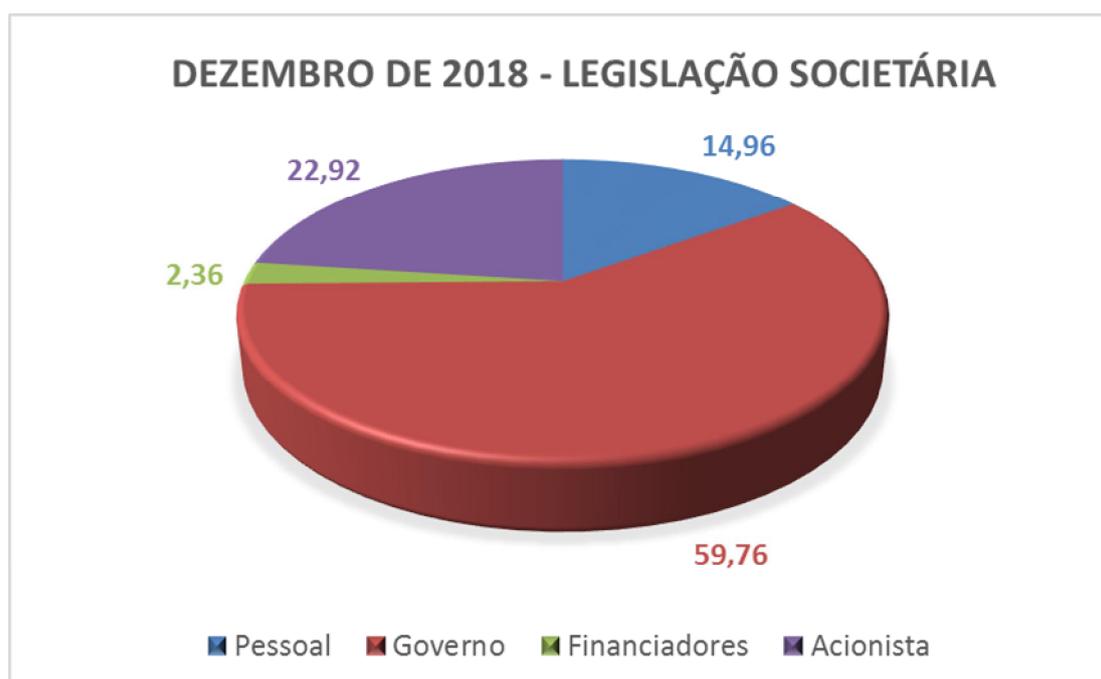
Diferença	20,9%	-13,9%	-6,8%	62,6%	55,0%	11,6%
------------------	--------------	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------

1.12 Captações de Recursos

Os investimentos de 2018 foram realizados com recursos próprios.

1.13 Valor Adicionado

Em 2018, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERBRANORTE foi de R\$ 38.166 (Reais/mil), representando 44,29% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Composição Acionária: Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social da CERBRANORTE era de R\$ 2.690 (Reais/mil), composto por 589.550 cotas, assim distribuídas:

Antonio Jose da Silva	25	0,004
Manoel da Silva	25	0,004
Luiz Antonio Alves Brescianini	25	0,004
Irio Luiz Volpato	25	0,004
Itamar Feldhaus	25	0,004
Vanio Jose Volpato	25	0,004
Heleno Wiggers	25	0,004
Demais Associados	589.375	99,970
TOTAL	589.550	100,000

1.14 Relações com o Mercado

Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizada de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.

A gestão cooperativista, norteadada pela Lei 5764/1971, é baseada na premissa de que as principais decisões são tomadas em conjunto, em assembleia. Dessa forma, uma vez ao ano, em assembleia geral ordinária, a diretoria submete a aprovação dos associados as contas do exercício anterior e o plano de investimento para o próximo ano. Por meio do website, jornais de circulação local e apresentações públicas, fatos relevantes, ações e resultados são comunicados para os associados e a comunidade.

A Cerbranorte realiza praticamente 100% dos investimentos com recursos próprios, não havendo assim a necessidade de desenvolver ações para despertar o interesse do mercado financeiro para captação de recursos.

De forma a promover a transparência de suas ações e investimentos, a permissionária mantém a disposição dos seus associados, serviço de atendimento presencial na sede administrativa, situado à Rua Jorge Lacerda, 1761, Centro Braço do Norte – SC e filial à Rua Sete de Setembro, 1220 Centro de Rio Fortuna – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também pelos telefones: 0800-6432499 (48) 3658-2499 e (48) 3653-1129, com atendimento 24 horas.

O sitio oficial da Cerbranorte no endereço, www.cerbranorte.com.br disponibiliza todas as informações de cadastro e consumo por meio de acesso privado, bem como um canal aberto para comunicação entre a cooperativa e seus associados.

Em 2018 a permissionária investiu R\$ 94 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, de modo a manter a permissionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados, oportunidade de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

Gestão

O planejamento empresarial elaborado pela permissionária vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico. Gerir hoje envolve uma gama abrangente e diversificada de atividades. O gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições adversas e de cenários alternativos.

Atualmente o modelo de gestão das atuais cooperativas de infraestrutura tem funcionamento semelhante ao de uma empresa normal, cuja gestão é centralizada em poucas pessoas (a diretoria). O diferencial fica nas definições estatutárias, que no caso da Cerbranorte, limita o mandato à 04 anos e restringi as ações da diretoria às decisões das assembleias. Mas o principal aspecto do cooperativismo é a gestão participativa, que valoriza e fortalece o associado e não a estrutura física. Nesta visão é importante ter sócios fortalecidos, com estrutura simples e ágil, a serviço dos associados. Atender as expectativas e necessidades dos associados é o foco da gestão.

Foi pensando assim que a Cerbranorte, ao final de 2015, aderiu ao PDGC – Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas, cuja metodologia é pautada no Modelo de Excelência da Gestão® (MEG), desenvolvido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), para ser um referencial na promoção da melhoria da qualidade da gestão e do aumento da competitividade das organizações, além de promover a adoção de boas práticas de gestão e de governança.

Essa concepção proporcionou a criação de um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças, identificar tendências, que, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas a serem submetidas à apreciação da assembleia geral ordinária de 2019.

1.1 A CERBRANORTE em Números

Atendimento	2018	2017	Var %
Número de consumidores	16.683	16.395	1,76%
Número de empregados	92	90	2,22%
Número de consumidores por empregado	181	182	-0,46%
Número de localidades atendidas	6	6	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%
Mercado	2018	2017	Var %
Área de Permissão (Km ²)	510,22	510,22	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	32,00	32,00	0,00%
Distribuição direta (GWh)	140,85	135,24	0,00%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	497,38	446,83	11,31%
Residencial	599,14	530,97	12,84%
Comercial	616,74	458,59	34,49%
Industrial	524,42	545,00	-3,78%
Rural	421,30	371,83	13,30%
Suprimento	331,95	116,57	0,00%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	33	33	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	11	11	0,00%
DEC (horas)	7,65	6,29	21,62%
FEC (número de interrupções)	5,34	7,59	-29,64%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	1,98	1,10	80,00%

Operacionais	2018	2017	Var %
Número de subestações	1	1	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	1.772	1692	4,73%
Capacidade instalada (MW)	98	93	5,38%
Financeiros	2018	2017	Var %
Receita operacional bruta (R\$ mil)	86.247,60	70.563,91	22,23%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	64.864,63	51.602,89	25,70%
Margem operacional do serviço líquida (%)	32,97%	36,74%	-10,28%
EBITDAOU LAJIDA	4.475,77	3.768,83	18,76%
Lucro líquido (R\$ mil)	8.917,12	2.158,86	313,05%
Lucro líquido por mil cotas	8.917,12	2.158,86	313,05%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	34.756,52	25.816,85	34,63%
Valor patrimonial por cota R\$	34.756,52	25.816,85	34,63%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	25,66	8,36	206,81%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	83,37	115,82	-28,02%
Em moeda nacional (%)	100	100	0,00%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%

2.1.1 INDICADORES DE PERFORMANCE

Indicadores de Performance	2018	2017	Var %
Sálario Médio dos Funcionarios	2,96	3,04	-2,63%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário (MWh)	1.664	1.632	1,96%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor (MWh)	9,18	8,96	2,46%
Retorno de ativos por unidade	0,22	0,06	266,67%

Balanco Social

3.1 Recursos Humanos

Em 2018, a Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRANORTE realizou para aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, de acordo a especificidade de cada área. Ajudou também ensinos profissionalizante e superior, diretamente ligados à atividade fim e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº 10.

3.2 Responsabilidade Social

Responsabilidade social para a permissionária é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas que ultrapassem as exigências éticas e legais no que tange à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo.

A CERBRANORTE constantemente colabora com a comunidade, por meio do apoio às escolas, instituições e associações comunitárias, além de causas pontuais, que visam instruir e beneficiar a população.

Em 2018, demos continuidade ao desenvolvimento do Programa Cooperjovem, que visa, principalmente, difundir o cooperativismo e seus princípios para as crianças do 1º ao 9º ano escolar, em três escolas na área de atuação da cooperativa.

Na primeira quinzena de fevereiro, realizamos uma reunião com os coordenadores e professores do cooperjovem a fim de desenvolver o planejamento e definir as ações do ano com toda a comunidade escolar.

Para capacitação e aperfeiçoamento de técnicas de ensino com base no cooperativismo, foram realizados, ao longo do ano, 12 treinamentos e três palestras motivacionais para os professores e coordenadores do programa.

Desde que surgiu, em 2010, o Cooperjovem vem conquistando tanto as crianças quanto os seus familiares, e uma das principais mudanças relatadas pelos professores é a participação dos pais na vida escolar dos seus filhos.

Para elaborar as ações, as escolas passam por levantamento de dados, através de pesquisa, para saber qual a situação problema de cada escola, que serão trabalhadas de forma individual, além das ações coletivas. Tais ações incluem visitas de uma escola a outra e troca de experiências. Os projetos desenvolvidos são apresentados às escolas visitantes, enchendo de orgulho os alunos envolvidos. Merecem destaque a Rádio Comunitária e o mutirão que arrecadou alimentos através de gincana, com envolvimento de pais e aluneos, e posteriormente doados a instituições dos municípios.

Participam do programa as escolas Atilio Ghisi de Braço do Norte e Professor José Boeing de Rio Fortuna. A Cerbranorte mantém as 02 escolas informadas das ações através de um jornal cooperativo semestral, que informa as atividades desenvolvidas por cada escola e multiplica a cultura da cooperação.

3.3 CIPA

Os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA realizam reuniões mensais tendo como objetivos cumprir a Norma Regulamentadora N° 05, abordando assuntos como: identificação dos riscos para cada função existente, fiscalização do uso pelos colaboradores dos equipamentos de proteção e divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho. Tal abordagem tem também como objetivo solucionar os problemas de segurança e saúde.

3.4 Programa de Estagiários e Jovens Aprendiz

Mediante convênio com algumas instituições de ensino, a permissionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino. Em 2018 o programa de estágio da cooperativa contemplou 02 estagiários, Um na área de Engenharia Elétrica e outro estudante de Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Do mesmo modo, a permissionária deu continuidade ao Programa Jovem Aprendiz, contratando 07 jovens ao todo, durante o ano de 2018, para contratos de 12 meses. O programa visa cumprir com as exigências da Lei da Aprendizagem, além de oportunizar aos participantes um espaço para a aplicação do conhecimento teórico, através da prática e do acompanhamento dos responsáveis na empresa. Para a realização deste programa, a permissionária conta com a parceria do SESCOOP/SC, que subsidia os custos com a Entidade Formadora, neste caso, o SENAI/SC, outro parceiro da CERBRANORTE.

3.5 Demonstrativo do Balanço Social

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ: 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2018 e 2017
Balanço Social

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Base de Cálculo	2018			2017		
Receita Líquida (RL)	64.865			49.857		
Resultado Operacional (RO)	9.154			2.376		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	6.916			6.222		
2 Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL
Encargos Sociais Compulsórios	1.926	27,85%	2,97%	1.804	28,99%	3,62%
Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia	172	2,49%	0,27%	179	2,88%	0,36%
Alimentação	744	10,76%	1,15%	708	11,38%	1,42%
Outros - Seguros	29	0,42%	0,04%	31	0,50%	0,06%
Total - Indicadores Laborais	2.870	41,50%	4,42%	2.722	43,75%	5,46%
3 Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL
Tributos (excluídos encargos sociais)	21.548	235,39%	33,22%	19.505	820,92%	39,12%
Total - Indicadores Sociais	21.548	235,39%	33,22%	19.505	820,92%	39,12%
4 Indicadores do Corpo Funcional	Em Unidades			Em Unidades		
Empregados ao final do período	92			90		
Admissões durante o período	11			7		
Demissões durante o período	9			7		
Empregados acima de 45 anos	32			32		
Mulheres que trabalham na empresa	19			15		
5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	5,9			7,8		
Número total de acidentes de trabalho	9			4		

Agradecimentos

A diretoria composta pelos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, efetivos e suplentes, que participaram da gestão representando os associados nos debates das questões de maior interesse da Cerbranorte.

Ao quadro funcional, que desenvolveu suas atividades contribuindo para o cumprimento da missão da permissionária.

E aos associados que participaram das assembleias apresentando sugestões e contribuindo com o crescimento da cooperativa, garantindo a participação cooperativa.

Braço do Norte, 31 de dezembro de 2018.

A Administração.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2018 e 2017
Balanco Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2018	2017
<u>Circulante</u>		<u>22.410</u>	<u>17.663</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	4.274	1.616
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	7	11.323	9.941
(-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(652)	(574)
Impostos e Contribuições Sociais	10	125	228
Estoques	11	461	258
Ativos Regulatórios	13	2.057	1.811
Despesas Pagas Antecipadamente	12	72	151
Outros Créditos	9	4.750	4.232
<u>Não Circulante</u>		<u>41.324</u>	<u>38.056</u>
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>21.099</u>	<u>18.249</u>
Ativo Indenizável (Permissão)	14	21.033	18.201
Impostos e Contribuições Sociais	10	36	20
Outros Créditos	9	30	28
Investimentos	15	49	49
Intangível	16	20.176	19.758
TOTAL DO ATIVO		<u>63.734</u>	<u>55.719</u>

PASSIVO	NE	2018	2017
<u>Circulante</u>		<u>14.772</u>	<u>14.457</u>
Empréstimos e Financiamentos	17	1.484	1.510
Fornecedores	18	6.654	7.036
Impostos e Contribuições Sociais	10	638	748
Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas	19	937	926
Encargos do Consumidor a Recolher	20	685	1.160
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	21	847	801
Passivos Regulatórios	13	423	110
Outras Contas a Pagar	23	3.104	2.166
<u>Não Circulante</u>		<u>14.205</u>	<u>15.445</u>
Empréstimos e Financiamentos	17	6.217	7.668
Provisão para Contingências	22	4.953	5.193
Outras Contas a Pagar	23	536	536
Obrigações Vinculadas à Concessão	16.2	2.499	2.048
<u>Patrimônio Líquido</u>	24	<u>34.757</u>	<u>25.817</u>
<u>Capital Social</u>		<u>2.690</u>	<u>2.667</u>
<u>Reserva de Capital</u>		<u>727</u>	<u>727</u>
<u>Reservas de Sobras</u>		<u>27.392</u>	<u>20.900</u>
<u>Reservas Estatutárias</u>		<u>27.392</u>	<u>20.900</u>
<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>		<u>3.948</u>	<u>1.523</u>
Sobras a Disposição da AG		3.948	1.523
TOTAL DO PASSIVO		<u>63.734</u>	<u>55.719</u>

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2018 e 2017
Demonstração das Sobras do Exercício
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2018	2017
Receita Operacional	25	86.248	70.564
Fornecimento de Energia Elétrica		30.896	24.090
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		40.087	35.945
Receita de Construção		4.887	3.459
Outras Receitas Operacionais		10.378	7.070
(-) Deduções da Receita Operacional	26	21.383	18.961
Tributos Sobre a Receita		14.934	12.500
Encargos Setoriais		6.449	6.461
(=) Receita Operacional Líquida	27	64.865	51.603
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	28	50.755	44.527
Energia Comprada para Revenda		35.769	29.714
Custo de Operação		10.099	11.354
Custo de Construção		4.887	3.459
(=) Resultado Operacional Bruto		14.110	7.076
(-) Despesas Operacionais		4.956	4.194
Despesas com Vendas	28	79	26
Despesas Gerais e Administrativas	28	3.379	3.018
Outras Receitas e Despesas Líquidas	28	1.498	1.150
(=) Resultado do Serviço		9.154	2.882
(+) Resultado Financeiro	29	-175	-662
Receitas Financeiras		741	554
(-) Despesas Financeiras		916	1.216
(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL		8.979	2.220
(-) IRPJ	32	39	39
(-) CSLL	32	23	23
(=) Resultado Líquido do Exercício		8.917	2.158

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ: 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2018 e 2017
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial	Reservas de Sobras			Reserva ou Perdas Acumuladas	Totais	
				Reserva Legal	RATES	Reserva de Expansão Manut. Sist. Distribuição			
Saldo em 31/12/2016	2.647	726	0	3.468	1.075	10.459	4.085	1.178	23.638
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	20	-	-	-	-	-	-	-	20
Destinação do Resultado - AGO	-	-	-	-	-	1.178	0	(1.178)	0
Reversão de Reservas									
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	(412)	(418)	-	830	0
- Por Proposta a AGO	-	-	-	0	-	-	-	0	0
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.159	2.159
Destinações Estatutárias	-	-	-	198	278	990	-	(1.466)	0
Saldo em 31/12/2017	2.667	726	0	3.666	941	12.209	4.085	1.523	25.817
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	23	-	-	-	-	-	-	0	23
Destinação do Resultado - AGO	-	-	-	-	-	1.523	0	(1.523)	0
Reversão de Reservas									
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	(405)	(488)	-	893	0
- Por Proposta a AGO	-	-	-	0	-	-	-	0	0
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	8.917	8.917
Destinações Estatutárias	-	-	-	873	627	4.363	-	(5.863)	0
Saldo em 31/12/2018	2.690	726	0	4.539	1.163	17.607	4.085	3.947	34.757

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ: 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2018 e 2017
Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	8.917	2.159
<u>Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:</u>	<u>3.208</u>	<u>4.083</u>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	78	25
Depreciação e Amortização	1.756	1.689
Baixas do Intangível	1.374	2.369
Baixas do Imobilizado	0	0
Variações no Ativo	(5.018)	(4.168)
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(1.382)	(1.608)
Impostos e Contribuições Sociais	86	978
Estoque	(203)	(30)
Ativos Regulatórios	(246)	(539)
Despesas Pagas Antecipadamente	79	2
Ativo Financeiro da Concessão	(2.832)	(1.391)
Outros Realizáveis	(520)	(1.580)
Variações no Passivo	552	1.853
Fornecedores	(382)	1.480
Impostos e Contribuições Sociais	(110)	113
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	11	(65)
Encargos do Consumidor a Recolher	(475)	685
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	46	(505)
Passivos Regulatórios	313	(2.467)
Provisões p/Contingências	(240)	2.376
Outras Exigibilidades	1.389	236
Total das Atividades Operacionais	7.659	3.927
Atividades de Investimento		
Participações Societárias	0	0
Aplicações no Intangível	3.547	3.323
Total das Atividades de Investimento	3.547	3.323
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos	(1.477)	(1.489)
Aumentos de Capital	23	20
Total das Atividades de Financiamento	(1.454)	(1.469)
Total dos Efeitos no Caixa	2.658	(865)
Saldo Inicial de Caixa	1.616	2.481
Saldo Final de Caixa	4.274	1.616
Varição no Caixa	2.658	(865)

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ: 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2018 e 2017
Demonstração do Valor Adicionado

(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas	86.169	70.538
Venda de Energia e Serviços	80.992	66.734
Receita de Construção	4.887	3.459
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(79)	(26)
Outros Resultados Operacionais	369	371
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	46.341	40.145
<u>Insumos Consumidos</u>	<u>46.341</u>	<u>40.145</u>
Energia Comprada para Revenda	30.071	25.450
Encargo de Uso de Rede Elétrica	5.698	4.264
Outros Insumos Adquiridos	1.902	4.202
Material e Serviços de Terceiros	3.783	2.770
Custo da Construção	4.887	3.459
(=) Valor Adicionado Bruto	39.828	30.393
(-) Depreciações e Amortizações	(1.662)	(1.594)
(=) Valor Adicionado Líquido	38.166	28.799
(+) Valor Adicionado Transferido	741	554
Receitas Financeiras	741	554
(=) Valor Adicionado a Distribuir	38.907	29.353
Distribuição do Valor Adicionado:	38.907	29.353
Pessoal	5.821	5.208
Remunerações	4.543	4.050
Encargos Sociais - FGTS	384	355
Auxílio Alimentação	744	708
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	150	95
Governo	23.252	20.770
Federal	8.262	8.176
Estadual	14.972	12.578
Municipal	18	16
Financiadores	917	1.216
Outros Encargos Financeiros	917	1.216
Cooperados	8.917	2.159
Sobras Retidas	8.917	2.159
Valor Adicionado (médio) por Empregado	423	326

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRANORTE é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. A sociedade é regida pela Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para fins fiscais e tributários a CERBRANORTE está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

1.1. Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2018, a CERBRANORTE realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Contábeis – as demonstrações contábeis foram autorizadas pelo conselho de administração.

2. Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1.629 de 21 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica nº 025, em 28 de novembro de 2008.

2.1. Prazo da Permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato.

2.2. Objetivo da Permissão – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

2.3. Áreas de Permissão – municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, todos no Estado de Santa Catarina, conforme resolução homologatória Aneel nº 338, de 22 de maio de 2006.

2.4. Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas no mês de setembro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

Parcela B: representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária. Inclui os custos

com operação, manutenção e expansão do sistema de distribuição, bem como os custos com o atendimento aos consumidores. Em 18 de julho de 2016 a CERBRANORTE assinou o terceiro termo aditivo ao contrato de permissão, o que permite que a CERBRANORTE pleiteie a receita requerida prevista para sustentação dos custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B), conforme estabelecido no submódulo 8.4 do Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 22 de março de 2016.

Composição da Receita Requerida:

<u>Parcela A</u>	<u>Parcela B</u>
Encargos Setoriais	Despesas de Operação e Manutenção (2.4.6)
Taxa de Fiscalização - TFSEE (2.4.1)	Pessoal
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (2.4.2)	Material
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2.4.3)	Serviços de Terceiros
	Despesas Gerais e Outras
	Despesas de Capital
Encargos de Transmissão (2.4.4)	Cotas de Depreciação (2.4.7)
	Remuneração do Capital (2.4.8)
Compra de Energia Elétrica para Revenda (2.4.5)	

2.4.1. Taxa de Fiscalização (TFSEE): encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente.

2.4.2. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA): encargo para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

2.4.3. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, tais como: universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; concessão de descontos tarifários a diversos usuários do serviço (baixa renda, rural; Irrigante; serviço público de água, esgoto e saneamento; geração e consumo de energia de fonte incentivadas, etc.); modicidade da tarifa em sistemas elétricos isolados (Conta de Consumo de Combustíveis – CCC); competitividade da geração de energia elétrica a partir da fonte carvão mineral nacional; entre outros.

2.4.4. Encargos da Transmissão: Refere-se à parcela da receita para cobrir os custos com: uso das instalações da rede básica de transmissão, uso das instalações de conexão, uso das instalações de distribuição, transporte de energia elétrica de Itaipu e com o operador nacional do sistema.

2.4.5. Compra de Energia Elétrica para Revenda: Parcela da receita destinada à cobertura dos custos com a compra de energia da empresa supridora. Os dispêndios com compra de energia para revenda constituem o item de custo não gerenciável de peso significativo para as permissionárias distribuidoras.

2.4.6. Despesas de Operação e Manutenção: Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.7. Cotas de Depreciação: Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.8. Remuneração do Capital: É a parcela da receita destinada a suprir o rendimento do capital investido

na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.5. Bandeiras Tarifárias - Cobrança adicional para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica, criada pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401, de 04 de fevereiro de 2015.

A ANEEL, por meio do Submódulo 6.8 do Proret - Bandeiras Tarifárias, estabelece e define o sistema de Bandeiras Tarifárias, representado por:

-  Bandeira Tarifária Verde;
-  Bandeira Tarifária Amarela e;
-  Bandeira Tarifária Vermelha, Patamar 1 e 2.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

Nas competências mensais de 2018, a CERBRANORTE aplicou o sistema de Bandeiras Tarifárias para seus consumidores, conforme Despachos publicados pela ANEEL, sendo:

Janeiro 	Abril 	Julho  Patamar 2	Outubro  Patamar 2
Fevereiro 	Maior 	Agosto  Patamar 2	Novembro 
Março 	Junho  Patamar 2	Setembro  Patamar 2	Dezembro 

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária Lei nº 6.404/1976 – Lei das Sociedades por ações, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades, que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *Internacional*

Accounting Standard Board – IASB. Tomou-se também como base os pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resolução CFC nº 920/2001, 1.013/2005 e 1.282/2010. Estão ainda de acordo com a Lei 5.764/1971, que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender as normas específicas emitidas pela ANEEL.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Conversão de Operações em Moeda Estrangeira - A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R\$).

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa - Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

4.3. Contas a Receber - Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

4.4. Estoques - Os materiais em estoques classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos (imobilizado), estão registrados pelo custo médio de aquisição.

4.5. Ativos e Passivos Regulatórios - Em 21 de dezembro de 2015, a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a contratada, Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - CERBRANORTE, firmou o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão para Distribuição nº 025/2008-ANEEL, tendo como objetivo eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A sob o título de outros componentes financeiros.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da permissão.

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito

(ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão e de Permissão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte – Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo.

A CERBRANORTE efetuou o reconhecimento dos saldos de outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em subtítulos específicos denominados Ativos Regulatórios e Passivos Regulatórios em contrapartida de Receita de Ativo Regulatório e de Passivo Regulatório, no resultado.

4.6. Não Circulante - Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

4.7. Ativo Indenizável (Permissão) - Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível dos contratos de permissão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens a serviços da permissão são as seguintes:

Itens mais relevantes do ativo Não Circulante	Taxa Anual
Condutor (Tensão < 69Kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Veículos	14,29%

4.8. Intangível - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e do OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

4.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment - A CERBRANORTE analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a CERBRANORTE estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a CERBRANORTE reconhece uma redução do saldo contábil

deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

4.10. Benefícios a Empregados - Os pagamentos de benefícios como salário, férias vencidas ou proporcionais, e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

4.11. Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo - Os ativos e passivos de longo prazo da CERBRANORTE são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da cooperativa.

4.12. Provisão para Contingências - Os Passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

4.13. Receitas e Despesas - A CERBRANORTE segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.13.1. Receita Não Faturada – Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica entregue ao consumidor e não faturada, e a receita de utilização da rede de distribuição, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

4.13.2 Receita de Construção – A ICPC 01 (R1) estabelece que a permissionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviço de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A CERBRANORTE contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.14. Operações com Partes Relacionadas – A caracterização da relação existente entre as operações com partes relacionadas tem regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes.

4.15. Tributação do Resultado - A tributação dos ganhos e resultados foi calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

4.16. Operações com Terceiros – As operações com não associados estão escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a NBCT 10.8, conforme apresentamos na Demonstração de Resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL, nota 32.

O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, é destinado integralmente a Reserva (Fundo) de Assistência Técnica e Educacional – RATES.

5. Instrumentos Financeiros

5.1. Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos - A CERBRANORTE mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 6;

Contas a Receber - Consumidores: apresentados na nota 7, subtraídos as provisões apresentadas na nota 8;

Ativo Financeiro Indenizável: apresentados na nota 14;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 17;

Fornecedores: apresentados na nota 18.

5.2. Valor Justo

	2018		2017	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Instrumentos Financeiros				
Ativo	35.978	35.978	29.184	29.184
Caixa e equivalentes de caixa	4.274	4.274	1.616	1.616
Contas a receber	10.671	10.671	9.367	9.367
Ativo Indenizável (Permissão)	21.033	21.033	18.201	18.201
Passivo	14.355	14.355	16.214	16.214
Empréstimos e Financiamentos	7.701	7.701	9.178	9.178
Fornecedores	6.654	6.654	7.036	7.036

5.3. Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2018				
Ativo	21.033	14.945	-	35.978
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.274	-	4.274
Contas a receber	-	10.671	-	10.671
Ativo Indenizável (Permissão)	21.033	-	-	21.033
Passivo	-	-	6.654	14.355
Empréstimos e Financiamentos	-	-	7.701	7.701
Fornecedores	-	-	6.654	6.654
Em 31 de dezembro de 2017				
Ativo	18.201	10.983	-	29.184
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.616	-	1.616
Contas a receber	-	9.367	-	9.367
Ativo Indenizável (Permissão)	18.201	-	-	18.201
Passivo	-	-	7.036	16.214
Empréstimos e Financiamentos	-	-	9.178	9.178
Fornecedores	-	-	7.036	7.036

5.4. Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

5.4.1. Risco de Crédito: advém da possibilidade de a CERBRANORTE não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras geradas por operações de aplicação financeira.

5.4.2. Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da CERBRANORTE em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	2018	2017
Caixa e Bancos				3.779	1.616
Aplicações no Mercado Aberto					
Caixa Economica Federal	FIC EMP DI RF	Imediato	0,4995% a m	344	-
Sicredi	Invest. Flex	Imediato	94,5% do CDI	101	-
Sicredi	Sicredi Invest Evolutivo	Imediato	94,5% do CDI	50	-
				495	-
				4.274	1.616

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate

em prazo não superior a 90 dias.

7. Consumidores

Os valores a receber são principalmente provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da CERBRANORTE e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. O valor de energia elétrica não faturada é baseado em estimativa.

	Saldos Vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	mais 90 dias	2018	2017
Consumidores					
Residencial	2.191	444	161	2.796	2.368
Industrial	2.092	616	119	2.827	2.934
Comercial	1.264	171	75	1.510	1.376
Rural	1.781	159	21	1.961	1.376
Poder Público	120	1	-	121	100
Iluminação Pública	164	-	-	164	189
Serviços Públicos	65	-	-	65	52
Suprimento	-	-	-	-	-
Participação Financeira	98	-	-	98	134
Serviços Taxados/Outros	122	-	-	122	89
Parcelamentos					
Residencial	42	-	-	42	36
Industrial	886	-	-	886	1.237
Comercial	714	-	-	714	46
Rural	17	-	-	17	4
Poder Público	-	-	-	-	-
	9.556	1.391	376	11.323	9.941

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da administração da CERBRANORTE em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela ANEEL. O valor apurado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

	2018	2017
Consumidores		
Residencial	180	139
Industrial	129	112
Comercial	83	63
Rural	23	23
Soma	<u>415</u>	<u>337</u>
Outros Crédito		
Outros Parcelamentos	237	237
	<u>652</u>	<u>574</u>

9. Outros Créditos

	2018	2017
<u>Circulante</u>		
<u>Devedores Diversos</u>		
Empregados	48	87
Adiantamento a Fornecedores	135	64
Título de Crédito a Receber	339	193
Programas PEE e P&D	537	77
	<u>1.059</u>	<u>421</u>
<u>Outros Créditos</u>		
Convênios Arrecadação	274	301
Subvenção CDE	3.211	3.330
Outros	206	180
	<u>3.691</u>	<u>3.811</u>
Soma do Circulante	<u>4.750</u>	<u>4.232</u>
<u>Não Circulante - Realizável a Longo Prazo</u>		
<u>Outros Créditos</u>		
Depósitos Vinculados a Litígios	<u>30</u>	<u>28</u>

10. Impostos e Contribuições Sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo Circulante		
IRRF a Compensar	25	25
Contribuições Sociais a Recuperar	18	19
Demais Impostos Retidos	56	49
ICMS a Recuperar	26	135
	<u>125</u>	<u>228</u>
Ativo Não Circulante		
ICMS a Recuperar	36	20
	<u>36</u>	<u>20</u>
Passivo Circulante		
ISS PMBN a Recolher	8	5
Taxas Municipais	-	-
ICMS a Pagar	157	277
INSS a Recolher	302	297
FGTS a Recolher	95	91
IRRF a Recolher	1	2
Contribuições Sociais na Fonte	1	4
PIS a Pagar	12	11
COFINS a Recolher	-	-
IRPJ a Pagar	39	39
CSLL a Pagar	23	22
	<u>638</u>	<u>748</u>

10.1. ICMS a Recuperar - Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens destinados a prestação do serviço da CERBRANORTE – Ativo Permanente (CIAP), instituído pela Lei Complementar n.º 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar n.º 102/2000.

10.2. Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar - Os valores registrados como Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar referem-se a créditos de valores retidos na fonte e pagamento mensal por estimativa.

10.3. Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado anualmente com base no lucro real que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 32.

11. Estoques

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Almoxarifado de Manutenção		
Condutores	80	67
Estruturas	162	90
Medidores	29	19
Capacitores	2	2
Chaves	23	16
Isoladores	80	16
Transformadores	13	8
Parafusos e Ferragens	33	23
Materiais Diversos	35	16
Sucata	4	1
	<u>461</u>	<u>258</u>

12. Despesas Pagas Antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente compreendem o valor das despesas com seguros para cobertura contra sinistro com veículos da frota e máquinas e equipamentos conforme descrito na nota 33, onde são apresentados as coberturas e os valores dos prêmios totais contratados.

Também correspondem a pagamentos antecipados de outras despesas apropriadas durante o exercício e até mesmo de encargos setoriais, como por exemplo o Proinfra, cujo pagamento é feito anteriormente a emissão da nota fiscal. A tabela abaixo corresponde ao saldo de despesas que ainda serão apropriadas após o fechamento do exercício de 2018.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos Regulatórios		
Programas Sociais Governamentais	-	78
Itens Financeiros	4	19
Outros		
Outros Ativos - Prêmios de Seguros	68	54
	<u>72</u>	<u>151</u>

13. Ativos e Passivos Regulatórios - Componentes Financeiros da Tarifa

Os componentes financeiros da tarifa representam as diferenças temporárias nos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme normas do setor de energia elétrica e disposições da ANEEL.

A partir de 21 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de permissão, firmado entre ANEEL e CERBRANORTE, eliminaram-se as possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas

de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos Regulatórios		
Circulante		
<u>Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	-	1
CDE - Neutralidade	92	9
PROINFA - Neutralidade	-	-
IF - CUSD/Energia	595	820
<u>Em Amortização</u>		
Programas Governamentais - DMR	-	45
PROINFA - Neutralidade	-	17
CDE - Neutralidade	-	346
TFSEE - Neutralidade	-	-
IF - Ajuste Financeiro Revisão/Reajuste	1.370	573
	2.057	1.811
Não Circulante		
IF - Ajuste Financeiro Revisão/Reajuste	-	-
	2.057	1.811
Passivos Regulatórios		
Circulante		
<u>Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	4	-
CDE - Neutralidade	171	-
PROINFA - Neutralidade	27	38
Bandeiras Tarifárias	-	-
<u>Em Amortização</u>		
TFSEE - Neutralidade	5	2
CDE - Neutralidade	-	-
PROINFA - Neutralidade	7	1
Bandeiras Tarifárias	-	-
Ressarcimento PeD	209	-
Compensação DIC/FIC	-	69
	423	110

14. Ativo Indenizável (Permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 025/2008, de 28 de Novembro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a CERBRANORTE (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela CERBRANORTE.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da

CERBRANORTE, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e;
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A mutação dos bens da permissão, representados pelo ativo intangível da permissão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo Intangível - Permissão	20.176	19.758
Soma do Intangível	20.176	19.758
Ativo Financeiro Indenizável	21.033	18.201
Soma do Financeiro	21.033	18.201
	Ativo Financeiro	
	Indenizável	
	<u> </u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.811	
Transferência para Ativo Financeiro	1.390	
	<u> </u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	18.201	
Transferência para Ativo Financeiro	2.832	
	<u> </u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.033	

15. Investimentos

	<u>Participação</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Investimentos			
Participações Societárias			
Avaliadas pelo Custo			
Oficina Técnica Extremo Su	0%	22	22
Fecoerusc	0%	1	1
Sicredi	0%	-	-
CREDIVALE	0%	26	26
		<u>49</u>	<u>49</u>

16. Intangível

	<u>Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Valor Residual</u>	<u>Transf. Ativo Financeiro</u>	<u>Saldo</u>
Direito de uso da permissão	46.143	(8.266)	37.877	(18.201)	19.676
Outros Intangíveis	269	(187)	82	-	82
Saldo em 31 de dezembro de 2017	46.412	(8.453)	37.959	(18.201)	19.758
Direito de uso da permissão	50.925	(9.777)	41.148	(21.033)	20.115
Outros Intangíveis	269	(208)	61	-	61
Saldo em 31 de dezembro de 2018	51.194	(9.985)	41.209	(21.033)	20.176

16.1. Contrato de Permissão - O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da permissão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela CERBRANORTE, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

16.2. Obrigações Especiais - As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações é a data de término da permissão. Após o segundo ciclo

de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, a característica destas obrigações sofreu modificação, tanto que o saldo das novas adições passou a ser amortizado contabilmente. A amortização é calculada com base na taxa média de depreciação dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

16.3. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment* - A CERBRANORTE tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, caso existam evidências claras de que a cooperativa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- Menor nível de unidade geradora de caixa: permissão detida;
- Valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil e;
- Apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

A administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da permissão de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição.

Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Com base nas premissas acima, a CERBRANORTE não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

16.4. Valor de Recuperação do Ativo Intangível (Vida Útil Definida) - A CERBRANORTE avaliou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

17. Empréstimos e Financiamentos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo		
BRDE - Banco Regional Desenv. Ext. Sul	1.484	1.496
Caixa Econômica Federal - Contrato 25/41	-	-
Caixa Econômica Federal - Contrato 26/22	-	-
Bradesco - Contrato 878391/8	-	7
Bradesco - Contrato 886524/8	-	7
	<u>1.484</u>	<u>1.510</u>
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo		
BRDE - Banco Regional Desenv. Ext. Sul	6.217	7.668
	<u>6.217</u>	<u>7.668</u>

Captação de recursos junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

- a) Financiamento contraído em 25 de fevereiro de 2014, conforme contrato SC-30.919, destinado a construção de uma subestação de 138 KV, com as seguintes características:

Valor captado: R\$ 8.311 mil.

Taxa de juros: 4,9% a.a.

Período de amortização: 105 parcelas, sendo a primeira com vencimento em 15/07/2015 e a última parcela em 15/03/2024.

Carência: início a partir de 15/06/2014 com juros calculados mensalmente e debitados em conta corrente.

- b) Financiamento contraído em 30 de dezembro de 2013, conforme contrato SC-30.427 destinado a aquisição de equipamentos para a subestação de 138 KV, com as seguintes características:

Valor captado: R\$ 4.006 mil.

Taxa de juros: 3,5% a.a.

Período de amortização: 96 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em 15/02/2016 e a última parcela em 15/01/2024.

Carência: início a partir de 15/04/2014 com juros calculados mensalmente e debitados em conta corrente.

Garantias: Para segurança do principal e demais obrigações dos referidos contratos, a CERBRANORTE dá em penhor de títulos de créditos, imóveis no valor de R\$ 1.050 mil, terrenos no valor de R\$ 8.300 mil, e todos os recebíveis oriundos do fornecimento de energia elétrica no limite máximo do valor do contrato, a partir da data do contrato até a sua liquidação.

18. Fornecedores

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Suprimento de Energia Elétrica		
Celesc Distribuidora S.A.	5.186	6.489
	<u>5.186</u>	<u>6.489</u>
Material e Serviço		
Material e Serviço	1.468	547
	<u>1.468</u>	<u>547</u>
	<u>6.654</u>	<u>7.036</u>

19. Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Folha de Pagamento		
Folha de Pagamento Líquida	259	227
Tributos e Contribuições Sociais Retidos	110	87
Consignação a Favor de Terceiros	22	25
	<u>391</u>	<u>339</u>
Provisões Trabalhistas		
Férias	546	587
	<u>546</u>	<u>587</u>
	<u>937</u>	<u>926</u>

As obrigações estimadas estão representadas pela Provisão para remuneração de férias e encargos sociais correspondentes.

20. Encargos do Consumidor a Recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	369	289
Taxa de Fiscalização - TFSEE	10	9
Bandeira Tarifárias	306	862
	<u>685</u>	<u>1.160</u>

21. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	<u>FNDCT</u>	<u>MME</u>	<u>P&D</u>	<u>PEE</u>	<u>Total</u>
Em 2016	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>302</u>	<u>1.003</u>	<u>1.305</u>
Constituições	-	-	-	-	-
Juros Selic	-	-	13	60	73
Realização	-	-	(172)	(405)	(577)
Recolhimentos	-	-	-	-	-
Em 2017	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>143</u>	<u>658</u>	<u>801</u>
Constituições	-	-	-	-	-
Juros Selic	-	-	9	37	46
Realização	-	-	-	-	-
Recolhimentos	-	-	-	-	-
Em 2018	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>152</u>	<u>695</u>	<u>847</u>

22. Provisão para Contingências

	2018			2017		
	Valor da Provisão		Depósito Judicial	Valor da Provisão		Depósito Judicial
	No Exercício	Acumulada		No Exercício	Acumulada	
Provisões para Contingência - Longo Prazo						
Trabalhistas	85	120		35	35	
Cíveis e Terceiros	(325)	602	Sem dep.	452	927	Sem dep.
Fiscais/Tributárias	-	4.231	Sem dep.	1.890	4.231	Sem dep.
	(240)	4.953		2.377	5.193	

23. Outras Contas a Pagar

	2018	2017
Passivo Circulante		
Outras Contas a Pagar		
Consumidores	1.148	1.195
Outros	1.956	971
	3.104	2.166
Outros Passivo Não Circulante		
Outros Credores - Associados	536	536
	536	536

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital Social

24.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 2.689,67 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 estava representado por 2.667,12 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

24.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas-partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 23.582 associados em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 eram 22.587 associados.

24.2. Natureza e Finalidade das Reservas

24.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das

sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembléia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

24.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

24.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituída estatutariamente por 50% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembléia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

24.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembléia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado do Exercício	8.917	2.159
Destinações		
RATES	626	278
Reserva Legal	873	198
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	4.363	990
	<u>5.862</u>	<u>1.466</u>
Realização de Reservas		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
RATES	405	412
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	488	418
	<u>893</u>	<u>830</u>
Sobras a Disposição da AGO	<u><u>3.948</u></u>	<u><u>1.523</u></u>

25. Ingresso/Receita Operacional

	2018	2017
a) Fornecimento/Suprimento de Energia Elétrica		
Residencial	8.174	6.090
Industrial	9.240	6.688
Comercial, Serviços e Outras Atividades	6.036	6.026
Rural	5.247	3.899
Poder Público	441	326
Iluminação Pública	856	662
Serviço Público	337	174
Renda Não Faturada	565	225
	30.896	24.090
b) Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		
Residencial	10.737	10.307
Industrial	12.708	11.418
Comercial, Serviços e Outras Atividades	7.422	6.084
Rural	7.235	6.302
Poder Público	625	572
Iluminação Pública	1.033	1.027
Serviço Público	327	235
	40.087	35.945
c) Receita de Construção		
	4.887	3.459
d) Outras Receitas Operacionais		
Uso Mútuo de Postes	224	222
Doações, Contribuições e Subvenções (*)	10.009	6.699
Serviço Cobráveis	96	97
Outras Receitas	49	52
Efeitos da Revisão/Reajuste	-	-
	10.378	7.070
	86.248	70.564
(*) Doações, Contribuições e Subvenções		
Subsídio - Água/Esgoto	83	49
Subsídio - Rural	4.314	3.492
Subsídio - Irrigante/Aquicultura	425	243
Subsídio - Distribuição	531	1.698
Subsídio - Geração Fonte Incentivada	65	59
Outras Doações	4.591	1.158
	10.009	6.699

26. Deduções da Receita/Ingresso

	2018	2017
Tributos Sobre a Receita		
ICMS	14.934	12.500
ISS	-	-
	14.934	12.500
Encargos Setoriais		
Bandeiras Tarifárias	2.900	2.574
CDE	3.439	3.798
P&D e PEE	-	-
Outros	110	89
	6.449	6.461
	21.383	18.961

27. Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	ICMS	Encargos do Consumidor	ISS	Receita Líquida
Em 2018					
Fornecimento de Energia Elétrica	30.896	(6.500)	(2.807)	-	21.589
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	40.087	(8.434)	(3.642)	-	28.011
Receita de Construção	4.887	-	-	-	4.887
Outras Receitas Operacionais	10.378	-	-	-	10.378
	86.248	(14.934)	(6.449)	-	64.865
Em 2017					
Fornecimento de Energia Elétrica	24.090	(5.016)	(2.593)	-	16.481
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	35.945	(7.484)	(3.868)	-	24.593
Receita de Construção	3.459	-	-	-	3.459
Outras Receitas Operacionais	7.070	-	-	-	7.070
	70.564	(12.500)	(6.461)	-	51.603

28. Dispêndios/Custos e Despesas

	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativa	Outras rec.(desp.) líquidas	Total
Em 2018 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(29.095)				(29.095)
Energia Elétrica Comprada p/Revenda - Proinfra	(963)				(963)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(5.711)				(5.711)
Pessoal e Administradores	(5.574)		(1.343)		(6.917)
Material	(1.667)		(276)		(1.943)
Serviços de Terceiros	(1.153)		(686)		(1.839)
Depreciação e Amortização	(1.531)		(132)		(1.663)
Custo de Construção	(4.887)		-		(4.887)
Outros Custos e Despesas	(174)	(79)	(942)	(1.498)	(2.693)
	(50.755)	(79)	(3.379)	(1.498)	(55.711)
Em 2017 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(25.189)				(25.189)
Energia Elétrica Comprada p/Revenda - Proinfra	(1.006)				(1.006)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(3.519)				(3.519)
Pessoal e Administradores	(5.101)		(1.761)		(6.862)
Material	(1.104)		(156)		(1.260)
Serviços de Terceiros	(887)		(623)		(1.510)
Depreciação e Amortização	(1.464)		(131)		(1.595)
Custo de Construção	(3.459)		-		(3.459)
Outros Custos e Despesas	(2.798)	(26)	(347)	(1.150)	(4.321)
	(44.527)	(26)	(3.018)	(1.150)	(48.721)

28.1. Custo de Construção – Corresponde aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, deve ser registrada como custo. Em contrapartida registra a receita correspondente, decorrente do direito de receber, via tarifa, o valor investido.

29. Detalhamento do Resultado Financeiro

	2018	2017
Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	29	25
Acréscimos Moratórios S/Fatura de Energia	674	486
Outras Receitas Financeiras	38	43
	741	554
(-) Despesas Financeiras		
Juros e Multas	914	1.089
IOF	2	9
Outras Despesas Financeiras	-	118
	916	1.216
	(175)	(662)

30. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

30.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

30.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, todos no Estado de Santa Catarina.

30.3. Principais Clientes - As receitas provenientes de um cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2018 chegaram a perfazer um montante de R\$ 909,68 mil, representando cerca de 1,29 % do total das receitas da cooperativa.

31. Partes Relacionadas

A administração da cooperativa entende que os relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas estabelecidas em sua área de atuação não se caracterizam pelo interesse econômico, devido à ausência de controle através do capital social nas sociedades cooperativas.

O interesse do associado em relação à cooperativa restringe-se a obtenção do serviço e não a remuneração do investimento (capital), influência nas deliberações ou controle econômico, motivo pelo qual os relacionamentos com fornecedores de bens e serviços à cooperativa, por associados, são considerados como partes não relacionadas.

	2018			2017		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pessoal chave da administração						
Presidência e Conselhos	-	21	505	-	27	497
Encargos Sociais	-	12	128	-	12	126
Outros	-	-	24	-	-	17
	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>657</u>	<u>-</u>	<u>39</u>	<u>640</u>

32. Demonstração de Resultado para Efeito de Cálculo do IRPJ e CSLL

Demonstração de Resultado por Ato Cooperativo e Não Cooperativo – 2018				
Contas	Operações com		Tributação Diferida	Total
	Associados	Terceiros		
1 - Receita Operacional Bruta	81.088	273	4.887	86.248
2 - Deduções da Receita Bruta	21.383	-	-	21.383
2.1 - Impostos e Contrib. Sobre a Receita	14.934	-	-	14.934
2.2 - Encargos Setoriais	6.449	-	-	6.449
3 - Receita Operacional Líquida (1-2)	59.705	273	4.887	64.865
4 - Custo do Serviço de Energia Elétrica	46.073	35	4.887	50.995
5 - (=) Resultado Operacional Bruto (3-4)	13.632	238	-	13.870
6 - Despesas Operacionais	4.905	(14)	-	4.891
Despesas Gerais e Administrativas	4.704	12	-	4.716
Despesas Menos Receitas Financeiras	201	(26)	-	175
7 - Result. Liq. Exerc. Antes Tributação (5-6)	8.727	252	-	8.979
8 - Tributos Incidentes Sobre o Resultado	-	62	-	62
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	39	-	39
Contribuição Social S/Lucro Líquido - CSLL	-	23	-	23
9- Resultado Líquido do Exercício 2018 (7-8)	8.727	190	-	8.917
Resultado Líquido do Exercício em 2017	1.979	179	-	2.158

33. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo a frota de veículos, máquinas, equipamentos e edificações da CERBRANORTE, conforme descrito a seguir:

Descrição do Bem	Vigência	Importância	Prêmio Total
Veículos			
Caminhões	29/05/2019	700	13
Utilitários e Automóveis	29/05/2019	2.200	19
		2.900	32
Máquinas e Equipamentos			
Subestação	26/08/2019	14.000	38
Religadores e Reguladores	11/09/2019	1.040	38
		15.040	76
Edificações			
Prédio Sede/Filial/Almoxarifados/Garagens	26/08/2019	3.150	9
		3.150	9
		21.090	117

34. Contingências

34.1. Contingências Fiscais

34.1.1. INSS - Em 2008 a CERBRANORTE foi autuada pela Receita Federal do Brasil mediante auto de infração DEBCAD: 37.106.800-2 e DBCAD: 37.106.801-0, no valor de R\$ 364 mil. A autuação refere-se ao não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre a prestação de serviços na área da saúde em contratos firmados com a Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel Ltda. - Unimed de Tubarão.

A CERBRANORTE interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis – SC, em 28 de novembro de 2008, requerendo nulidade total do ato fiscal. A administração da cooperativa entende que o imposto não é devido, não tendo sido julgado até o encerramento do exercício.

A CERBRANORTE efetuou a provisão no valor das multas, reconhecendo integralmente seu valor no resultado do exercício.

Não foram atualizadas monetariamente por decisão do conselho de administração.

34.1.2. PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal - A Legislação Tributária Federal, notadamente com redação dada pela Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, e Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, com suas respectivas alterações subsequentes e vigentes, regulamentadas pelas Instruções Normativas - IN, da Secretaria da Receita Federal - SRF, nº 145, de 9 de dezembro de 1999, nº 247, de 21 de novembro de 2002, e nº 358, de 9 de setembro de 2003, estabelece que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento, a partir de 1º de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia, às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores ocorridos a partir de novembro de 1999.

Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF n.º 635 dispendo sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei n.º 10.684/2003, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos *valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados* da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, realizada pela Secretaria de Receita Federal, resultou a lavratura de auto de infração, protocolado em 9 de outubro de 2006, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de dezembro de 2000 a outubro de 2005. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com geração e distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 13 de novembro de 2006 a CERBRANORTE interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo. A CERBRANORTE destacou ainda em sua defesa a ausência dos valores correspondentes aos demais gastos, inclusive financeiros, a serviço do associado e a integralidade das sobras, entre as exclusões da base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal.

Diante do caráter inovador e dos aspectos formais do auto de infração, a CERBRANORTE reconheceu como possível sua materialização.

Em julgamento proferido em novembro de 2014 o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade em favor da incidência do PIS/COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais, decisão que poderá influenciar o entendimento da administração sobre a incidência dos tributos sobre as receitas da cooperativa.

A administração aguardará manifestação da Receita Federal do Brasil em relação aos valores notificados, caso a referida decisão influencie a cobrança para rever os procedimentos de mensuração da contingência.

Em 2015 observou-se que as cooperativas do mesmo ramo de atividade no estado de Santa Catarina foram novamente notificadas acerca da sua defesa que tramitava na esfera administrativa, sendo-lhes exigido o pagamento imediato dos valores notificados.

De acordo com a assessoria jurídica da CERBRANORTE, o principal argumento de defesa encontra-se superado em virtude de decisão do Supremo Tribunal Federal quanto a incidência do tributo sobre as receitas das cooperativas, porém, no que se refere a base material da notificação, no decorrer de 2017, a Cooperativa obteve êxito parcial no que se refere a base de cálculo dos tributos, no entanto, o fisco recorreu da decisão que beneficiou a CERBRANORTE.

Considerando-se, portanto, que no mérito a Cooperativa não logrou êxito e que a parte que lhes foi favorável ainda está sendo questionada pelo Fisco, a administração da CERBRANORTE, de forma conservadora, optou pelo reconhecimento integral da obrigação mediante provisão.

34.2. Contingências Cíveis

A CERBRANORTE mantém provisão de R\$ 602 mil referente a ações judiciais, sendo R\$ 325 mil revertidas em 2018.

35. Outras Informações

35.1 Subvenção CDE – Desconto Tarifário

Valor a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, para compensar os descontos aplicados nas tarifas do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605 de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 3.211 e de R\$ 3.330 em 31 de dezembro de 2017.

35.2. Reajuste Tarifário

Em setembro de 2018 a CERBRANORTE passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual - RTA, cujo resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.459, de 25 de setembro de 2018.

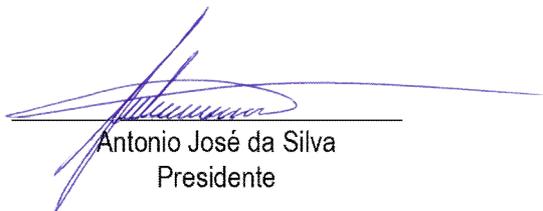
O impacto tarifário final, percebido pelos consumidores, em relação ao reajuste tarifário anterior, constante da Resolução Homologatória nº 2.331, de 31 de outubro de 2017, foi de 10%.

35.3. Avais – Não existem avais concedidos em nome da CERBRANORTE em favor de funcionários, diretores, associados ou terceiros.

35.4. Balanço Social – As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e, portanto, não foram auditadas.

35.5. ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão – A CERBRANORTE elaborou as presentes demonstrações contábeis em consonância com o que determina a legislação societária. Para fins de melhor apuração do resultado da atividade regulada e em atendimento a Resolução ANEEL n.º 396/2010, elaboramos também as Demonstrações Contábeis Regulatórias as quais serão objeto de publicação específica e encaminhada à ANEEL juntamente com a Prestação Anual de Contas do exercício.

Braço do Norte (SC), 31 de dezembro de 2018.



Antonio José da Silva
Presidente



Jairo Dirksen
Contador
CRC/SC-027913/0-4

3 É PARECER DO CONSELHO FISCAL

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE - CERBRANORTE
CNPJ: 86.433.042/0001-31
NIRE: 42.4.000032-1

ATA Nº 02-2019 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE – CERBRANORTE, aos 04 (quatro) dias do mês de fevereiro do ano de 2019 (dois mil e dezenove). Reuniram-se na sede da Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte, sito a Rua Jorge Lacerda, 1761 nesta cidade com início às 16:h00min, com o coordenador Sr. Carlos Alberto Hamilton Abilio cumprimentando os presentes e os convidou a iniciar os trabalhos de conclusão fiscalização para emissão do Parecer das demonstrações financeiras. Examinaram e apreciaram o seguinte: Balanço Patrimonial, demonstrativos sobras e perdas, relatórios estatísticos e demais contas relacionadas com o exercício 2018, compreendendo entre 1º(primeiro) de janeiro a 31 (trinta e um) de dezembro do referido ano, bem como relatório anual do conselho de administração. Realizado exames detalhados das peças contábeis e demonstrativos resolvem emitir o seguinte parecer: “Em cumprimento às determinações estatutárias” e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que após exame dos documentos contábeis, conciliação bancária, caixa e demais informações, como balanço patrimonial, contas de sobras e perdas, contabilidade e ainda baseado nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data nas quais tomamos conhecimento dos atos praticados. Em vista da realização da assembléia geral ordinária, emitimos parecer favorável no sentido de que as informações e demonstrativos sejam aprovados pelos associados. Também verificamos o edital de convocação da assembléia geral marcada para o dia 15 (quinze) de fevereiro do corrente ano que está sendo divulgada dentro do prazo previsto pelo estatuto social, nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião. Esta ata após lida se aprovada é assinada por mim secretario pelo coordenador e membro. Esta ata é produzida por meio eletrônico conforme determinada no estatuto social.

Braço do Norte, 04 de fevereiro do 2019.



Carlos Alberto Hamilton Abilio José Damian de Medeiros Valdinei Antonello Ascari

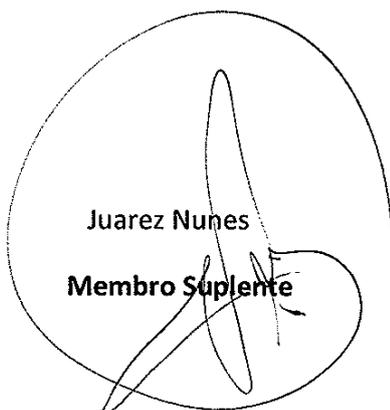
Coordenador

Secretario

Membro Efetivo

Luiz Henrique Ricken

Membro Suplente



Juarez Nunes

Membro Suplente

Claudio S. Becker
Claudio Soethe Becker

Membro Suplente

4 É PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte
Braço do Norte - SC

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis:

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – Cerbranorte**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase:

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 22 e nº 34, em 9 de outubro de 2006 a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração contra a Cooperativa, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da contribuição para o PIS e COFINS sobre o faturamento do período de dezembro de 2000 a outubro de 2005. Tendo em vista que em novembro de 2014, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, em favor da incidência do PIS e COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais e, embora no exercício de 2017 a Cooperativa tenha obtido êxito parcial no que se refere a base de cálculo dos tributos, a Administração, de forma conservadora, optou por reconhecer contabilmente, de forma integral os valores apresentados em referido auto de infração, no montante de R\$ 3.866 mil, a título de provisão para contingências fiscais/tributárias.



Outros assuntos:

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 18 de janeiro de 2019

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2



Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2